

# PROTAGONISMO QUILOMBOLA: SEUS SUJEITOS E SEUS SABERES INFLUENCIANDO A EDUCAÇÃO

## Quilombola leadership: their leaders and their knowledge influencing education

DAGOBERTO JOSÉ FONSECA

UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho –Araraquara  
*dagobertojose@gmail.com*

**RESUMO:** Este artigo objetiva apresentar os sujeitos e os saberes quilombolas que influenciam na educação, bem como a educação existente nestas comunidades no Brasil e em particular do Estado de São Paulo. Além disso, busca estabelecer o que são quilombos, a origem do termo e a história política e cultural dessas populações no país, traçando um *continuum* de tempo que possibilite o entendimento da realidade desses grupos e comunidades em diversos pontos do país no século XXI. Assim, teremos a oportunidade de refletir, problematizar e concretizar alguns aspectos que norteiam a realidade das comunidades quilombolas no Brasil, como também ampliar nossa capacidade crítica sobre o processo educacional em curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** protagonismo. quilombola. sujeitos. quilombismo. saberes. educação.

**ABSTRACT:** This article aims at presenting the quilombola people and their knowledge, as they influence education, as well as and the education that exists in these communities in Brazil, particularly in the state of São Paulo. Furthermore, it tries to explain what are the quilombos, the origin of the term and the political and cultural history of these populations in the country, drawing a time *continuum* to facilitate the understanding of the reality of these groups and communities in various parts of the country in the XXI century. Thus we will have the opportunity to reflect, discuss and clarify some aspects that guide the reality of the quilombola communities in Brazil, and therefore to expand our critical capacity about the present educational process.

**KEYWORDS:** leadership. quilombola. leaders. quilombismo. knowledge. education.

### UM OLHAR INICIAL – BREVES PALAVRAS

Lançamos nosso olhar sobre os sujeitos e os saberes que constituem a educação existente nas comunidades quilombolas de nosso país, especialmente naquelas presentes no Estado de São Paulo. Além disso, é importante dizer o que são quilombos, a origem do termo e a história política e cultural dessas populações no país, desde o período colonial. Isso para podermos traçar o *continuum* de tempo que nos possibilite a compreensão da realidade desses grupos e comunidades em diversos pontos do país no século XXI, justamente para

contemplarmos o processo educacional que é efetuado pelos profissionais da educação a respeito desses grupos e comunidades.

Assim, poderemos refletir e problematizar diversos aspectos que norteiam a realidade das comunidades quilombolas no Brasil, com isto teremos condições de ampliar nossa perspectiva sobre o processo educacional que está e esteve presente nessas comunidades.

## **ENTRANDO EM CAMPO - PROBLEMATIZANDO AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

É importante considerarmos a princípio o que as comunidades quilombolas do país têm recebido, nos últimos anos do século XX e nesse início de século XXI, ou seja, em decorrência da Constituição de 1988. Essas comunidades que conseguiram o reconhecimento e a titulação de suas terras têm tido um conjunto diverso de investimentos sociais e políticos dos entes federativos (Prefeituras, Governos Estaduais e Governo Federal). Cursos, projetos de formação presencial ou a distância, educação de jovens e adultos, qualificação social e profissional de agricultores de economia solidária são exemplos vivos dessa realidade vivenciada nos últimos anos pelas comunidades quilombolas no Brasil e, em particular, do Estado de São Paulo. Além de apoio de diversas organizações da sociedade civil, como aquelas vinculadas ao movimento negro, ao meio ambiente sustentável, à segurança alimentar e à economia solidária, como podemos constatar, por exemplo, entre os Calungas (GO), Rio das Rãs (BA), Mumbuca (TO) e Ivaporunduva (SP).

Mas é nas comunidades quilombolas paulistas, no estado mais rico do país, que interpretamos as questões de disputa por terra e por empreendimentos imobiliários como mais intensas, envolvendo grupos, governos, fazendeiros, grileiros, posseiros, empresas privadas e instituições públicas. Os conflitos são diversos, mas o mais conhecido é o que envolve a tentativa de implantação das barragens hidrelétricas propostas pelo Grupo Votorantin (Companhia Brasileira do Alumínio) no Vale do Ribeira.<sup>1</sup>

Consideramos, neste artigo, que os conflitos são importantes mecanismos sociais e pedagógicos, porque produzem um processo de politização da comunidade quilombola, ou seja, fazem com que os membros da comunidade possam ser formados para enfrentar a realidade, na medida em que são educados pela história do presente. Essa realidade tem fundamento no racismo que perdura e na violência oriunda da arquitetura do escravismo a que estas populações tiveram que se opor antes e depois de a república ser instaurada. O cotidiano tenso é para estas comunidades também um meio de educar-se para lidar com a sociedade abrangente, com os governos e empresas. Os quilombolas não estão alienados aos processos políticos, sociais, culturais e econômicos que estão sendo associados com a dinâmica da sociedade nacional e, ainda, têm noção dos debates que estão ocorrendo no exterior, sobretudo nos países centrais da Europa, Ásia e do continente americano.

1 Veja mapa que simula a inundação que provocaria no Vale do Ribeira se fossem construídas as barragens propostas pela Companhia Brasileira de Alumínio do Grupo Votorantim. Essa inundação segundo estudiosos provocaria diversos problemas ambientais, com a morte de inúmeros animais e flora, além da destruição de cavernas milenares e da remoção por completo das comunidades quilombolas das suas terras ancestrais. Verifique no site do Instituto Socioambiental simulação animada.

Fonte: <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/map1.html>

Com isto temos que enveredar para o fato de que o trabalho de formação pedagógica das comunidades quilombolas se dá de maneira diversa, isto é, com uma educação formal, não formal e informal, posto que elas não são remanescentes de um período antigo, do tempo da escravidão. Elas são parte integrante da vida atual do Estado de São Paulo e do país, não são resquícios ou resíduos do passado, na medida em que são comunidades vivas, atuais, em seu tempo histórico e no espaço geográfico em que atuam e influenciam.

Para conhecer as comunidades quilombolas é necessário um contato com o seu cotidiano, com as brincadeiras das crianças, com as histórias dos mais idosos e das mulheres. No caso das crianças, o mais importante a destacar é que elas não são apenas quilombolas, mas crianças como outras tantas crianças, não são exóticas. Elas são filhas da luta e da resistência histórica dos seus pais e dos mais antigos dos seus parentes, mas também da alegria e da liberdade de viver a vida de modo livre. Seu sorriso, seu olhar vivo pode ser captado no dia a dia sob o sol ou sob a chuva, mas também sob a lua e a luz de uma fogueira. Assim, devemos captar o olhar também dos jovens e dos homens quilombolas, suas atividades de trabalho, seus semblantes, suas preocupações, seus saberes.

Nesse trabalho de ensino-aprendizagem, tem que se ter em mente que essa comunidade também nos ensina muito e de modo variado, posto que são polivalentes. Ensinam a arte da terra e de cultivar banana orgânica, além de história, cultura, ecoturismo e produção em meio ambiente sustentável, isto quando estamos situados nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Mas, quando nos situamos nas comunidades quilombolas do litoral, as do sul e as do norte paulista, vamos encontrar muitas diferenças entre elas, mas também muitas similaridades, na medida em que estão voltadas para o mar e seus frutos. Estas não cultivam banana orgânica, por exemplo, mas peixes, mexilhões, ostras, mariscos, etc. Cuidam da terra e do mar, mas também do ar destas regiões da mata atlântica paulista.

Dessa maneira, devemos nos relacionar com elas, comunidades quilombolas, sabendo que vamos aprender-sistematizar-devolver o aprendizado produzido por essas comunidades ao longo do tempo. O contato com essas comunidades nos projeta ao passado, nos recoloca no presente e nos lança ao futuro destas e nestas crianças, jovens, mulheres e homens. Estas informações e a própria formação não formal que nos transmitem nos fazem buscar neles e em nós a resistência, a cidadania, a luta por liberdade e terra com determinação e criatividade (LUIZ, 2013; AMÉRICO, 2013).

## **KILOMBO: DO BREVE HISTÓRICO DO TERMO AO QUILOMBO ATUAL**

Kilombo é uma expressão de origem bantu<sup>2</sup>, da língua Umbundu, presente em Angola. A palavra kilombo foi aportuguesada e assim recebeu a grafia quilombo. O significado desta palavra nesta região da África Austral está vinculada às instituições sociopolíticas e militares dos povos dessa região, sendo um lugar afastado da vida societária, lugar secreto

2 Os **bantu** ou **bantos** são um conjunto de cerca de 400 grupos étnicos diferentes existente em África. Estendem-se desde os Camarões até à África do Sul e ao Oceano Índico, e pertencem à mesma família linguística, a das línguas bantu, e partilham em muitos casos costumes comuns.

em que homens se reúnem para estabelecer seus ritos de iniciação e de preparação para enfrentar os inimigos. Segundo Vieira (2006, p.42):

Tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos.

As estruturas que constituíram as instituições kilombolas e que lhe deram sentido estão ainda presentes entre os povos de língua Umbundu, sobretudo quando se constata as estruturas centralizadoras presentes nos campos de iniciação dos mbundu e dos cokwe de Angola. Segundo Vieira (2006, p. 43): “Entre o povo mundombe de língua Umbundu, perto de Benguela, a palavra Kilombo significa campo de iniciação”.

Esta associação masculina, à época existente no Reino Ndongo e Matamba, era independente das linhagens, clãs e fratrias. O que os unia era a eleição de um inimigo comum que deveria ser combatido e expulso do reino. No contexto da invasão portuguesa e holandesa nesta região no século XVI e XVII, muitas batalhas se seguiram tendo os guerreiros do reino de Ndongo e Matamba - Ngola (atual Angola) convertido os quilombos desse lugar em campos de recrutamento e de ensinamento militar, sobretudo com o uso das estratégias de guerra de guerrilhas, particularmente quando se combatiam estes invasores europeus que tinham armamentos mais sofisticados, baseados na pólvora.

Nesse contexto particular das guerras com portugueses, verificamos na história a presença dos guerreiros jagas que combatiam com a Rainha Nzinga e que mais tarde, derrotados, foram mortos e capturados, alguns traficados para o Brasil sob a condição de escravizados em algumas capitânicas hereditárias, entre as quais temos que citar a de Pernambuco<sup>3</sup>, cujo donatário era o fidalgo Duarte Coelho Pereira (FONSECA, 2003).

Diante deste contexto político e militar, integrado ao sistema mercantilista, vamos encontrar a implantação do maior quilombo conhecido no Brasil – o de Palmares, formado por guerreiros jagas e de outras etnias presentes no Reino de Ndongo e Matamba (Ngola). Isso nos faz traçar o fio condutor de Angola para o Brasil, demonstrando que a luta continuou após a travessia do Atlântico.

No Brasil e em Angola, principalmente, a estrutura se manteve com bastante similaridade tanto no fato de ser uma

instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recrutados das linhagens estrangeiras ao grupo de origem (VIEIRA, 2006, p.43).

3 A capitania de Pernambuco foi a mais rica do primeiro período colonial brasileiro e a maior produtora de açúcar do mundo (século XVII). Ela compreendia os atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e porção ocidental da Bahia, chegando ao noroeste mineiro e nordeste mineiro e nordeste goiano.

A manutenção desta estratégia de integrar pessoas de diferentes etnias, grupos sociais e fenotípicos distintos se deu no Brasil, pois o que estava em causa era a luta contra o inimigo comum, o escravista, o conquistador e o opressor. Assim, no quilombo de Palmares se congregou um grande contingente populacional de diferentes etnias africanas, somando-se a ele uma quantidade significativa de indígenas que combatiam os portugueses e holandeses na região de Pernambuco e, ainda, de homens e mulheres de origem europeia (lusos), brancos, que eram contrários ao regime e ao Estado Monárquico Português, sendo degradados por motivos políticos ou por crimes cometidos em Portugal, e mulheres abandonadas no Brasil para viverem a própria sorte, ou mesmo tendo sido expulsas de suas famílias por suas condutas. Desse modo, em Palmares se reuniu uma vasta gama de povos e etnias diferentes que combatiam a sociedade e o regime escravista implantado no Brasil pelo Estado Monárquico Português (FONSECA, 2003).

Os angolanos trouxeram suas estratégias antigas, as guerras de guerrilhas, para lutar pela liberdade e terra nesta parte do mundo.<sup>4</sup> Vale salientar, neste sentido, que a Rainha Nzinga e Zumbi são parte de uma mesma história de luta e que conviveram dentro de uma mesma lógica e tempo, já que são contemporâneos, pois a primeira viveu, segundo os registros históricos, de 1624–1663, e o segundo de 1655-1695.

O sentido da palavra Kilombo não se alterou no século XVII, quando da constituição do Quilombo de Palmares, fosse sob o comando de Ganga Zumba, fosse sob o comando de Zumbi. Em Palmares, havia uma estrutura militar rígida, com regras sociais e disciplinas severas. Tanto em Angola como no Brasil seiscentista, a grande profusão dessa instituição foi dada pelos povos da etnia Jaga ou Imbangala, ou seja, pelos povos de origem bantu.

É importante nos atermos a aspectos importantes a fim de que possamos compreender o fio condutor dessa história social, política, econômica e cultural presente no Brasil, nestes últimos 500 anos. O primeiro, que não é coincidência, portanto, que a imensa maioria das populações quilombolas no país são de origem bantu e mais especificamente são oriundas desta região da África Austral (Angola, Congo). No que toca ao Estado de São Paulo, segundo o que se observa em diversos estudos científicos e pesquisas empíricas conduzidas especialmente por antropólogos, inclusive quando elaboram os laudos antropológicos (relatórios técnico-científicos), esta é recorrência, talvez por conta do tráfico entre o continente africano para o Brasil ter atingido majoritariamente esta população em específico.

O segundo aspecto é o de considerar que a produção cultural da luta, a pedagogia do conflito e da resistência continua a estar presente, de modo atualizado, quando se observa o processo de constituição do protagonismo nas crianças e jovens quilombolas que aprendem com os seus pais, irmãos e tios (parentes) a guerrear com as estratégias do hoje, como constatamos, por exemplo, em Luiz (2013) e Américo (2013).

Assim, a educação não formal, aquela vivida no cotidiano de modo oral e disciplinar, está na base da educação quilombola reivindicada por eles e onde poderão agregar valor com o domínio da técnica da língua escrita em português e dos demais conhecimentos

---

4 Não se quer com isto afirmar que as estratégias de guerras de guerrilhas não eram usadas antes pelos indígenas no Brasil. Mas, que os angolanos traziam as suas próprias técnicas, ritos e mitos para o combate com os seus inimigos comuns – os portugueses e holandeses que os escravizava.

produzidos pelos grupos hegemônicos da sociedade brasileira, influenciados pela lógica e razão euro-ocidental. Conhecendo as razões do outro (conquistador) e suas lógicas, se compreenderá suas ações, seus estilos de vida, seu capital cultural e social, seus *habitus*, como diria Bourdieu (1983; 1992).

Assim, de posse deste conhecimento que institui o poder legitimador, é que eles poderão construir ferramentas próprias para lidar com esta realidade social opressora, como nos fala Paulo Freire em diversas obras, mas citamos aqui “Pedagogia do Oprimido” (1974) e “Ação Cultural para a liberdade e outros escritos” (2001). O que ampliará a sua perspectiva de alcançar a autonomia econômica; capacidade de formular projetos próprios e comuns para auferir reconhecimento social e político e conquistar a titulação da terra pelo Estado Nacional Brasileiro, tendo como base para a luta o uso das armas oficiais e da justiça, ou seja, fazer uma boa leitura da Constituição Nacional a seu favor<sup>5</sup> e, assim, exigir que as Procuradorias, Defensorias e o Ministério Público Estadual e/ou Federal se mobilizem para atender as justas demandas e reivindicações cidadãs e republicanas.

O terceiro aspecto é que os quilombos de Angola e os quilombos no Brasil guardam consigo outra similaridade que é o fato de estarem situados em regiões antes desocupadas de grandes contingentes populacionais ou sem qualquer grupo nas imediações. Eles procuraram ocupar áreas estratégicas seja do ponto de vista do relevo, a partir de uma topografia de difícil acesso e que propiciaria a vista de movimentações de grupos hostis; seja da perspectiva da qualidade da terra, à medida que se buscavam áreas agriculturáveis. Eles eram guerreiros, mas também vinculados ao trabalho no eito com sua agricultura de subsistência, não só na busca de áreas com boa irrigação de córregos, rios, cachoeiras em que pudessem usar a água para beber e se deslocar com facilidade, para se alimentar dos peixes e outros animais ribeirinhos, como também para banhar-se e irrigar as áreas cultiváveis.

As características geográficas e culturais dos (k)quilombos de lá e de cá do Atlântico são importantes para concebermos a constituição de espaços territoriais criados por esses quilombolas, enquanto busca de manutenção da vida do grupo mediante suas prioridades: alimentação, segurança e liberdade. Para a realização a contento dessas prioridades é necessário que se tenha o fundamental, ou seja, a terra, o lugar próprio, sem o qual nada se realiza na íntegra.

É importante frisar que a experiência e a luta quilombola não é exclusiva do Brasil, há outras no contexto do continente americano, mas que recebem nomes distintos do nosso, como, por exemplo, os mencionados por José Jorge de Carvalho (1995).

As comunidades formadas pelos negros escravos, que fugiram do trabalho forçado e resistiram a recaptura por parte das forças escravocratas, receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo Mundo: quilombos ou mocambos no Brasil; palenques na Colômbia e em Cuba; cumbes, na Venezuela; marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de cimarrones, em diversas partes da América Espanhola; maroons, na Jamaica, no

---

5 Referência ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de nossa última Constituição (1988) que reza: Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Suriname e no sul dos Estados Unidos. Os termos maroon e marron derivam do espanhol cimarrón, nome dado pelos primeiros colonizadores das Américas ao gado doméstico fugido para as montanhas da então ilha de Hispaniola (hoje Haiti e Santo Domingo) (CARVALHO, 1995, 13-14).

Com isto se constata que a luta por terra e liberdade é uma constante na vida das populações negras do continente americano. Isso também nos possibilita pensar que a luta comum desde a África até aqui continua tendo o mesmo inimigo comum e a mesma causa comum. O que projeta a luta para uma dimensão intercontinental, nos forçando a produzir de modo sério e eficiente uma releitura da história e uma formação educacional que propicie a conquista da cidadania e da justiça social para todos estes, particularmente no momento que a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, e ratificou em 2009<sup>6</sup>, declara o colonialismo, o tráfico e o racismo como crimes de lesa humanidade. O crime cometido contra estes povos teve como princípio a consolidação do colonialismo de rapinagem euro-ocidental, vigente a partir do século XV, bem como do racismo teológico, científico e institucional produzido e mantido por igrejas judaicas e cristãs, universidades e Estados Nacionais, ainda em pleno século XXI.

#### **EDUCAÇÃO E CULTURA: CONSTRUTORAS DOS SABERES E DAS PRÁTICAS – APRENDIZAGENS PARTICIPATIVAS ANTIGAS E NOVAS.**

Atualmente, se verifica que, com a expansão das cidades e da abertura de estradas estão mais fáceis os acessos às comunidades quilombolas, antes situadas em áreas distantes do ambiente urbano. Assim, em pleno século XX e agora no início do século XXI, constata-se que inúmeras comunidades quilombolas que não eram conhecidas anteriormente começam a surgir no cenário nacional. Algumas delas, hoje situadas em centros urbanos, tais como o Quilombo Brotas (SP) que está situado nas imediações do centro da cidade de Itatiba (SP)<sup>7</sup> e o da Família Silva em Porto Alegre (RS). Esses fatos fazem com que os quilombos e, em especial, os quilombolas (seus moradores) estejam, em pleno século XXI, cada vez mais próximos das realidades das cidades e das necessidades e desejos impostos pela urbanização.

Desse modo, têm a necessidade de provarem que são os verdadeiros donos das terras que ocupam as diversas gerações e que estão nessas áreas em função do regime escravista, seja pelas fugas que foram empreendidas; seja pela doação de glebas que receberam dos antigos escravistas; seja pelo abandono das terras dos antigos escravistas que os largaram a sua própria sorte.

---

6 Maiores detalhes, ver os documentos da Declaração de Durban (África do Sul) e no Plano de Ação (DDPA), resultantes da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, promovida em 2001, na África do Sul, pela ONU, através do Alto Comissariado de Direitos Humanos, evento que contou com a participação de 189 Estados Nacionais.

7 Município situado entre o eixo Jundiá e Campinas. O Quilombo Brotas é o primeiro quilombo urbano a ser reconhecido, em 2004, no Brasil. Ele se situa cerca de 89 km de São Paulo (capital).

O fato é que esses quilombolas de hoje recriaram o quilombo antigo a partir das bases culturais, políticas e éticas deixadas pelos antepassados, inclusive sua dimensão religiosa, seus valores mais íntimos. Organizam o seu universo de transmissão de conhecimentos às gerações mais novas pela vida da educação não formal e lutam para que haja uma educação formal, empreendida pelo Estado, a fim de que possam ampliar o seu conhecimento e lidar com os signos e símbolos de e do poder constituído, pela escrita e pelo ato da leitura da língua portuguesa, no cotidiano das relações junto daqueles que estão no meio urbano e que estão no lugar do poder e da autoridade técnico-burocrática.

O maior conhecimento das populações quilombolas sobre a realidade opressora em que vivem vem justamente de sua capacidade de dialogar e aprender, neste processo, com as diferentes instâncias governamentais, de organismos da sociedade civil brasileira, entre as quais as universidades e seus centros de pesquisas. Daí, o que se constata hoje: não são mais os antropólogos e historiadores que os estão estudando, mas também os estudiosos da Economia, do Direito, da Linguística, da Saúde, da Engenharia e da Agronomia, sendo também uma preocupação de políticos, governos, juízes, fazendeiros, movimentos sociais diversos, entre os quais os negros e ambientalistas. Segundo Passos (2006, p. 33), será

a partir da legitimidade jurídica que essas áreas passam a entrar nas discussões dos juristas. Para a aplicabilidade do artigo posto em questão não poderia mais se pensar em uma área com uma identidade histórica fixa e imutável, mas, sim um território que contenha atores sociais que existam no presente e tenha condição básica de ocupar as terras que por direito lhes pertence.

Passos (2006), assim, faz alusão em sua análise ao conceito disposto pelo Grupo de Trabalho sobre Terra de Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de que:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo 'ressemantizado' para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.

Partindo-se deste pressuposto conceitual, atualmente, identifica-se mais de cinco mil áreas quilombolas no Brasil, segundo dados dos movimentos sociais. O governo federal tem registrado cerca de setecentas e cinquenta áreas reconhecidas oficialmente. No Estado de São Paulo, essa disparidade de dados também é recorrente, sendo que o Governo do Estado de São Paulo reconhece a possibilidade de termos 45 comunidades quilombolas, segundo dados de 2006.

No entanto, setores os mais diversos do Governo Federal, do Governo Estadual e Equipe de Articulação das Comunidades Negras Rurais do Vale do Ribeira (EACONE) e Coordenação Estadual Provisória das Comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo informam a presença de 82 comunidades.<sup>8</sup> Deste universo, apenas 6 comunidades quilom-

<sup>8</sup> Ver mapa de 2003 das comunidades quilombolas reconhecidas pelo Governo do Estado de São Paulo em [cpisp.org.br/comunidades/img/mapas/mapa.html](http://cpisp.org.br/comunidades/img/mapas/mapa.html)



bolas do Estado de São Paulo tiveram a titulação de suas terras, revelando com isto que a imensa maioria dessas comunidades quilombolas do país não têm tido qualquer assistência sistemática quanto a direitos básicos de cidadania, tais como a saúde e educação, enquanto obrigação do Estado para os seus cidadãos em uma República como a nossa.

A educação que ocorre nas diferentes comunidades quilombolas do país e do Estado de São Paulo, em especial, dá-se de modo não formal, sendo efetivada pela prática dos mais velhos que ministram uma orientação social, cultural, política, econômica, religiosa e sexual, carregada de simbolismos, de mitos e, principalmente, de valores éticos.

Nesse contexto, as práticas educativas e formativas desenvolvidas nas comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, embora não tenham se caracterizado pela continuidade em muitos aspectos, têm se pautado pela formação e aprendizagem coletiva, em que os critérios de idade e sexo não são respeitados como um valor em si mesmo. Desta maneira, crianças, adolescentes, jovens e adultos participam com a mesma intensidade e assiduidade. Em experiência como consultor no Projeto Quilombo Vivos da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (2006), pude interagir na constituição de uma metodologia de trabalho que tinha um caráter participativo. Bas'ILELE MALOMALO, um dos coordenadores dessa atividade, informa:

Procuramos trabalhar os conteúdos a partir da realidade de nossos alunos. Para isso, a lousa, os vídeos, as canções, brincadeiras foram usados como meios para a transmissão dos conteúdos. Insistíamos sobre a sua participação e esses nossos alunos, que talvez pela primeira vez na sua vida ouviram uma fala sobre a História e Cultura Africanas do ponto de vista dos africanos, responderam acima de nossas expectativas. Aprenderam bem como nós também aprendemos muitas coisas sobre a sua cultura. Renascemos juntos como africanos e afro-brasileiros neste momento de encontro (MALOMALO, 2006, p. 52).

Os procedimentos adotados para a condução da oficina e dos cursos do Projeto Quilombos Vivos estavam voltados para a implementação de um diálogo formador provocado pela Lei 10.639/2003. Assim, tinha a orientação de trabalhar com a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. O primeiro passo adotado foi saber um pouco sobre as comunidades quilombolas com que iria me relacionar, além do conhecimento genérico que detinha sobre a história dos quilombos brasileiros, tendo como foco principal o de Palmares. Esse saber um pouco sobre as comunidades quilombolas antes de ir ao encontro delas. Buscou-se elaborar um largo e profundo levantamento de dados a fim de estruturar as estratégias. No entanto, uma questão mantinha-se como imperativa: a de fazer com que o curso fosse totalmente participativo e coletivo, tendo um caráter comunitário como tem se dado o processo de construção e da transmissão do conhecimento nessas comunidades. É ele quem diz:

A educação como tarefa comunitária foi encarada desde os preparativos do projeto até o momento em que fui convidado para fazer parte dele [...]. O segundo momento de aprendizagem foi o meu contato com os quilombolas, participantes das oficinas (MALOMALO, 2006, p. 52).

Essa experiência de trocas constantes no processo de ensino-aprendizagem promovem as dádivas de dar-receber-retribuir o tempo todo, o que tem possibilitado uma articulação horizontal entre as práticas educativas não formal e a formal, o que gera resultados extremamente fecundos para ambos (professores-estudantes e estudantes-professores)<sup>9</sup>. A dinâmica participativa nos informa que “ninguém é sozinho, ninguém educa ninguém, nos educamos uns aos outros mediatizados pelo mundo” (FREIRE, s/d).<sup>10</sup> Como afirmou, em certo sentido, Juary Pereira, da Comunidade Quilombola de Morro Seco.

Uma coisa que me marcou foi a questão da identidade. A gente não se vê na história da construção do Brasil, de maneira positiva. Esconde-se a identidade do negro ... é preciso que se reconheça a nossa identidade e nossa cultura (VIEIRA, 2006, p.48).

A metodologia participativa adotada faz parte das concepções teórico-metodológicas que dão sustentação à política de reconhecimento social das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo. Malomalo considera que:

Além dos bens materiais e sociais que é preciso proporcionar a essas comunidades, isto é, saúde, saneamento básico, educação, posse da terra e a sua exploração via agricultura familiar, a valorização da memória cultural, o conhecimento de suas raízes africanas são um passo gigante rumo ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas (MALOMALO, 2006, p.57).

As sessões didático-pedagógicas (aulas ou oficinas) deverão ter como preocupação a realidade concreta das comunidades quilombolas, sobretudo porque a principal ação do professor é ser pesquisador da comunidade em que trabalha e atua. Desta maneira, as ações docentes devem estar pautadas mais pelo ouvido do que pela boca. Portanto, o educador deve educar o ouvido, dar-lhe a possibilidade de ouvir da cultura e da realidade social, política e econômica quilombola para posteriormente organizar o seu material didático e a sua proposta político-pedagógica.

A elaboração de entrevistas, de levantamento de dados (históricos, antropológicos, demográficos, territoriais e jurídicos) acerca das comunidades foco, o estabelecimento de diálogos frequentes com as lideranças jovens, adultas, masculinas e femininas são importantes processos para a constituição do roteiro e da abordagem político-pedagógica.

Segundo Fonseca (2009, p. 137), com a apropriação de

um largo material o professor poderá constituir um material pedagógico dinâmico, lúdico e que trata da comunidade quilombola que aprende-ensina-sistematiza-devolve com prosas, histórias, lendas, mitos que ouve da população que

9 O que significa que o protagonismo do processo educacional não vem de um único vetor, mas ambos promovem e encaminham o ensino, bem como a aprendizagem de modo conjunto e orquestrado pela dinâmica pedagógica proposta. Daí não se ter apenas o professor ativo e nem tampouco o estudante passivo.

10 Frase retirada do Instituto Paulo Freire. Disponível <<http://www.linguee.com.br/portugues-ingles/traducao/instituto+paulo+freire.html>>. Acesso: 7/07/2013.

também ensina-aprende-sistematiza-devolve e elabora novamente para aplicar na sua realidade social dia após dia.

O contato entre professor(a) e comunidade deve ser realizado a fim de que o estranhamento de um e de outro possa vir a ser superado e que, assim, a confiança, a cordialidade, a amizade e a cumplicidade esteja pautando essa relação dialógica. Essa ação de encontro sofrerá a dinâmica do tempo para ficar cada vez mais madura, mais fecunda, possibilitando que o(a) professor(a) possa trilhar as alamedas, as avenidas, os caminhos verdejantes das comunidades quilombolas, portanto tateando com seus pés e olhos a geografia, o relevo, a posição estratégica das casas, conhecendo a fauna e a flora que rondam a comunidade. As festas tradicionais que envolvem bolos, bananas, galinhas, porcos, peixes são momentos importantes de sociabilidade da comunidade, mas também o mutirão é o instante que a comunidade demonstra sua força e unidade (LUIZ, 2013; AMÉRICO, 2013).

Com a integração e o desprendimento, bem como desfeito o estranhamento conjuntural, é que o(a) professor(a) poderá articular os seus conhecimentos fundamentalmente teóricos e urbanos em uma realidade social que se concretiza no seu cotidiano sem os mesmos conhecimentos sistematizados pelo mundo urbano e pelas teorias alheias ao mundo real. Teoria e prática necessitam estar casadas, imbricadas a ponto que possamos sair do quilombo histórico de Palmares e irmos sem demora relacionar esse passado na Serra da Barriga ao quilombo concreto que é o dele(s).

Fruto desta dinâmica didático-pedagógica criada no chão da terra e forjada sob a clareira e, ainda, pautada em vínculos antigos e lutas comuns que se

poderá articular presente-passado e estabelecer o diálogo das lutas e das resistências em torno da posse da terra, da liberdade e da sobrevivência do grupo, sem que se atrele as reivindicações dos negros que estão no meio urbano daquelas questões que são colocadas pelos quilombolas presentes em sua maioria no meio rural paulista e brasileiro (FONSECA, 2009, p. 138).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que todas as comunidades quilombolas no Estado de São Paulo tem tido um acompanhamento dos poderes públicos (federal, estadual e municipal) de modo bastante precário e sem a continuidade que se exige para um processo educacional, sobretudo porque continuam somente tendo o processo tradicional (fornecido pelos quilombolas mais velhos), mas não o hegemônico (fornecido pela rede pública).

As atividades escolares regulares, quando existem, somente atendem as primeiras séries do ensino fundamental, não havendo no Estado de São Paulo nenhuma escola infantil, do último ciclo do ensino fundamental e do ensino médio que funcione na mesma comunidade ou nas imediações de uma que não seja conduzida apenas pela educação hegemônica fornecida pelas Secretarias Municipais de Educação. Além disso, não há com regularidade, nem esforços da maioria dos governos municipais, para o fornecimento de ônibus para

transportar os estudantes dessas comunidades quilombolas rurais para frequentarem as escolas nas áreas urbanas das cidades.

E, finalmente, é importante frisar que as lutas dos movimentos negros urbanos e aquelas que têm sido enfrentadas pelos quilombolas são similares em diversos pontos, encontram um inimigo comum, ou seja, a discriminação, o preconceito étnico-racial e o próprio racismo difundido pelas instituições da sociedade civil e do Estado. No entanto, as lutas pela terra comunitária, pela terra dos antigos, pelo combate contra empresas poderosas, tal como as do Grupo Votorantin e, ainda, contra diversas instâncias do Governo do Estado de São Paulo e contra a União, estabelecem outras referências que constituem um diferencial na constituição das identidades negras construídas em contextos sociais distintos e distantes.

Assim, se faz como dado imperativo não confundir as lutas dos negros urbanos com aquelas que ocorrem nas diferentes comunidades quilombolas do país e, inclusive no Estado de São Paulo, pois isso também provoca um olhar preconceituoso (generalista) e distante que pode turvar a vista, como quando achamos que estamos enxergando grandes cardumes nas águas límpidas ou barrentas dos rios que passam ligeiras ou mansas; as terras das diversas comunidades quilombolas, na verdade, são apenas folhas submersas presas em galhos de árvores mortas.

## REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Márcia Cristina. **Práticas coletivas na constituição da vida quilombola** – história da comunidade tradicional de Ivaporunduva. São Carlos: Pedro&João, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Renato Ortiz (Org.) São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARVALHO, J. J. de. A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. In: CARVALHO, J. J. de. (Org.) **O quilombo do rio das Rãs: histórias, tradições, lutas**. Salvador: EDUFBA, 1996.

FONSECA, Dagoberto José. Como era a vida em Palmares? In: **Revista Mundo Estranho**. São Paulo: Abril Cultural, nº 21, novembro, 2003.

FONSECA, Dagoberto José. Sujeitos e saberes da educação quilombola. In: **Educação para populações específicas**. MORAES, Mara Sueli S.; MARANHE, Elisandra A. (Orgs.). São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Ciências, Col. UNESP-SE-CAD-UAB, 2009, v. 3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade** - e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LUIZ, Viviane Marinho. **O quilombo Ivaporunduva e o enunciado das gerações**. São Carlos: Pedro&João, 2013.

MALOMALO, B. Estado, quilombos e cultura africana em São Paulo. In: **Projeto Quilombos Vivos**. ASSAOC/Fundação Volkswagen. Secretaria de Estado de Estado da Cultura de São Paulo. 2006.

PASSOS, A. H. I. O projeto Quilombos Vivos como ferramenta de fortalecimento de identidade cultural. In: **Projeto Quilombos Vivos**. ASSAOC/Fundação Volkswagen. Secretaria de Estado de Estado da Cultura de São Paulo. 2006.

VIEIRA, F. S. da S. Herança cultural africana e identidade no(s) Kilombo(s). In: **Projeto Quilombos Vivos**. ASSAOC/Fundação Volkswagen. Secretaria de Estado de Estado da Cultura de São Paulo. 2006.

#### **SITES REFERENCIADOS:**

Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/map1.html>>. Acesso: 7/07/2013.

Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/comunidades/img/mapas/mapa.html>>. Acesso: 7/07/2013.

Disponível em: <<http://www.linguee.com.br/portugues-ingles/traducao/instituto+paulo+freire.html>>. Acesso: 7/07/2013.

#### **DADOS DO AUTOR:**

##### **Dagoberto José Fonseca**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994), doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e pós-doutorado em Educação pela Universidade de Campinas (2009). Atualmente é docente da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Campus de Araraquara; Chefe do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia.

**Submetido em 09/2013 - aprovado em 10/2013**